

Tancredo Neves: o desenrolar de uma liderança política

Tathiana Chicarino¹

Resumo: Este artigo se atém ao desenrolar da liderança política – Tancredo Neves – especialmente entre os anos de 1974 e 1985, período de transição entre o regime militar e a democracia. Partindo do paradoxo de que Tancredo Neves ao mesmo tempo em que foi o primeiro presidente civil após longos anos de autoritarismo, estimado pelo povo, também foi o produto de uma conjuntura social e política, nos detivemos à seguinte questão: a capacidade individual desta liderança fez diferença naquele crítico momento da história brasileira, resolvendo e influenciando decisões, ou foi uma liderança construída pela circunstância, o tempo e o lugar? Através de conceitos de liderança e da contextualização histórica, chegamos à conclusão que Tancredo Neves comportou-se dialeticamente com a cultura política brasileira, teve *virtú* para conduzir sua trajetória dentro de um ambiente político autoritário que rumava para a descompressão, e ao mesmo tempo terminou sua carreira como um mito, um líder.

47

Palavras-chave: Tancredo Neves; liderança política; cultura política.

¹ Bacharel em Sociologia e Política pela FESPSP é mestranda em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisadora do NEAMP.

Abstract: This article abides by the conduct of political leadership - Tancredo Neves – especially between the years 1974 and 1985, transition from military rule and democracy. Based on the paradox that Tancredo Neves at the same time it was the first civilian president after long years of authoritarianism, estimated by the people, was also a product of social and political situation, we stopped the following question: the individual capacity this leadership made a difference in that critical moment in Brazilian history, solving and influencing decisions, or was built by a leading circumstance, time and place? Through leadership concepts and historical context, we come to the conclusion that Tancredo Neves behaved dialectically with the Brazilian political culture, had virtue to conduct its trajectory within an authoritarian political environment bound for decompression, while finishing her career as a myth, a leader.

Keywords: Tancredo Neves; political leadership; political culture.

Introdução

Aos 74 anos, Tancredo possuía um extenso currículo político, em 1985 era governador de Minas Gerais, eleito por voto direto em 1982 em uma das mais importantes eleições que ocorreram no regime militar, também foi senador de 1978 a 1982, e deputado federal nas décadas de 60 e 70.

Além destes cargos eletivos, Tancredo, após renúncia de Jânio Quadros foi um dos principais articuladores da instalação do parlamentarismo no Brasil, e também o político que ocupou o cargo de primeiro-ministro, assegurando a posse de João Goulart; foi também ministro da Justiça de Getúlio Vargas em 1953-54, testemunhando o assédio de seus inimigos e o seu trágico final em 24 de agosto. Ambos eram bacharéis em Direito - uma tradição na política brasileira – e também presidentes da República, o primeiro inaugurando o cargo como a personificação da vontade nacional, e o segundo resgatando-o, com uma vitória ao mesmo tempo conservadora e popular. É assim que a liderança de Tancredo começa a ser construída.

Assim, diferentes tipos de sociedade costumam apresentar diferentes formas de liderança política – ainda que características permanentes, ou tipos-ideais sejam essenciais nesta conceituação – a sua manutenção depende de instituições políticas e administrativas que permitam a manifestação de seu poder e a concretização da ação política que lhe é peculiar.

Contudo, a trajetória política de Tancredo Neves, construída em partidos e feita através de eleições e da atividade parlamentar, se desenvolveu, em grande parte, num sistema altamente comprimido, onde o núcleo central de poder detinha o monopólio de todas as etapas do processo decisório (SANTOS, 1978) e este é um fator preponderante em nossa análise, pois, tentaremos com este artigo elucidar um pouco da construção desta liderança, suas continuidades e/ou rupturas: seus meios políticos de gestão, com intuito de retribuição material, prestígio social ou idealismo político; e os fundamentos de sua legitimidade, ou razões que justificam a dominação (WEBER, 1968).

O desenrolar de uma liderança num sistema político autoritário

Falar da liderança Tancredo Neves nos remete inevitavelmente a um intervalo que vai do Golpe militar de 1964 à eleição indireta de um presidente civil em março de 1985, se esta abordagem é importante, pois faz parte da história recente do país, também o é para o entendimento da construção de uma liderança política que ainda hoje é carregada de simbolismo e emotividade, optaremos, então, por discutir os aspectos mais relevantes deste período, em busca de um painel explicativo de suas especificidades sociais e políticas.

Após um período turbulento de democracia, de 1946 a 1964, dá-se a deposição do Presidente João Goulart, situação ocorrida, para alguns cientistas políticos, como Samuel Huntington (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1970), em decorrência do processo de modernização tardia nos países de capitalismo dependente, primeiro viria a democracia e depois, dada a ineficiente resposta às demandas das massas, a ditadura, esta explicação estrutural faz dos atores, agentes impotentes no processo.

Outros dirão como Juan J. Linz (1999), baseado numa perspectiva orientada para o ator, que o autoritarismo se instalou pela inabilidade das elites em resolver os conflitos pela via institucional, gerando uma atmosfera de polarização e radicalismo, interrompida pelo golpe militar.

Passados dez anos de regime autoritário, inicia-se a sua liberalização² durante a vigência do mandato de Ernesto Geisel, que havia sido eleito pelo Colégio Eleitoral. De acordo com Linz (1999), a *detente* ou a descompressão não possuía prazos ou metas, e os militares, utilizando seus poderes de exceção para manipular as regras do jogo eleitoral conseguem controlar a abertura, levando o processo de liberalização do regime pela via eleitoral.

² J.A. Moisés faz uma reflexão sobre processos de liberalização como uma medida de Estados não-democráticos em resolver crises cíclicas, dando à sociedade civil maior participação política, mas não equivale à democracia.

Foram várias as tentativas de bloquear o avanço da oposição, entre elas a “Lei Falcão” de 76, o voto vinculado e o “Pacote de Abril” de 77, e a estratégia do General Golbery Couto e Silva de volta ao bipartidarismo; mesmo assim o MDB e depois PMDB (a Arena passaria a se chamar PDS), obteve excelentes resultados eleitorais, reforçando a ideia de que o voto popular é um eficaz termômetro do grau de legitimidade ou de contestação de um regime político. Como nos diz Lamounier (1988), a fase repressiva do regime foi aos poucos sendo desfeita pelo caminho da política.

Contudo, a permanência funcional da sucessão presidencial era intenção dos militares, e ela não contemplava com o possível retorno à democracia representativa a oposição no poder, e assim, eles tentaram fazer um sucessor no pleito de 1985. Mas as prévias no PDS com a escolha de Paulo Maluf acarretaram um racha no partido, com isso, muitos dissidentes saíram e formaram a Frente Liberal, que posteriormente se juntou ao PMDB formando a Aliança Democrática. Tancredo Neves, como já era esperado, seria o candidato a presidente pelo PMDB, a vice-presidência, fruto desta aliança, ficou a cargo de José Sarney.

A Aliança Democrática se apoiou então em dois pilares, o acordo entre as elites políticas e a participação popular gestada em onze anos de transição, com o ponto auge na Campanha pelas Diretas Já! um momento de fusão que catalisou boa parte desses dois grupos em prol do retorno da democracia, permitindo a formação de um discurso único, e, como foi dito por Manin (1995) propiciou a identificação tanto com a causa, quanto entre representante e representados, no caso brasileiro entre o que simbolizava Tancredo e a expectativa do eleitorado.

A campanha pelas eleições diretas para a presidência da república foi uma das manifestações mais emblemáticas de reavivamento da opinião pública, mas, além disto, ela foi o desfecho de um processo de deslegitimação que o regime militar sofria, pelas discordâncias entre as facções internas, o crescimento da oposição e a instabilidade econômica, ela só pôde existir por uma correlação de forças sociais e políticas e uma conjuntura favorável.

Porém, a emenda Dante de Oliveira³ não foi aprovada, e o que poderia ser um empecilho para Tancredo, tornou-se uma vantagem em relação a Paulo Maluf, que recebia significativa reprovação popular e política, a pressão pró-Tancredo continuaria mesmo que indiretamente. Com esse cenário, a reivindicação popular por um direito presente na ideologia liberal é negado por uma pequena margem de diferença, antes derrota legislativa à falta de impacto político (BERTONCELO, 2007).

Os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados na candidatura de Tancredo Neves, e isto foi preponderante na formação de sua imagem, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral. Foi o coroamento de uma distensão lenta, gradual e segura, conseguida com a articulação de dissidências liberais, conservadoras e com as forças populares, contudo, o Brasil consolida o seu processo de redemocratização, não com a posse deste, mas de seu vice, José Sarney, ex-presidente da Arena.

Diante do exposto, temos “dois grandes grupos de pressão” presentes na oposição ao regime militar, as elites e os novos movimentos sociais. O primeiro grupo será ressaltado por alguns autores num contexto de pacto entre elites, como para Linz (1999) que vê que cada processo de transição é marcado pela solução de compromisso entre os grupos envolvidos e carrega consigo características que irão moldar as instituições democráticas. Przeworski (1997) segue a mesma linha teórica, de que a liberalização se deve a um pacto entre os liberais do interior do regime e os moderados de fora, com a preponderância dos primeiros, é este compromisso que permitiu que a transição fosse um sucesso, com uma palavra a resumi-la: moderação. Ao conduzir tanto a liberalização quanto a sucessão presidencial, os militares procuravam alijar as massas das decisões políticas e colocar novamente no domínio político a elite.

Bresser-Pereira (2003) afirma que não foi a pressão estudantil, dos trabalhadores ou dos intelectuais que abalou o regime autoritário, já que eles nunca estiveram ao lado do governo, mas a burguesia insatisfeita, procurando uma

³ Para tanto seria necessário dois terços dos votos da Câmara e do Senado, e o PDS, partido da situação, ainda possuía quase metade das cadeiras na Câmara dos Deputados e mais da metade no Senado.

hegemonia política, além da econômica que já haviam alcançado. É ela que dá a base política para o projeto de redemocratização que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira – trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja.

Contudo, em pese essas demonstrações e a concordância que a transição foi uma solução negociada, não podemos deixar de analisar a perspectiva do segundo “grupo de pressão”, os movimentos sociais e populares, Przeworski (1989) fundamenta em seu artigo: “Como é que se bloqueiam as transições para a democracia?”, que os movimentos sociais, ou organizações autônomas da sociedade civil, surgem quando, em um dado estado de repressão, este diminui por razões diversas. No Brasil isso de fato ocorreu, no final da década de 70 vimos um crescimento dos movimentos sociais, gerados pela política de descompressão empreendida por Ernesto Geisel. Um dos mais expressivos, se não o mais, foi o “novo sindicalismo” que surgiu nas cidades no entorno de São Paulo. Eles lutavam não só pelo fim do autoritarismo, mas também pela reformulação do sistema corporativo da estrutura legal das relações trabalhistas, e um dos mais importantes momentos foi o das greves por eles empreendidas a partir de 1977.

Ao lado do novo sindicalismo, a Igreja Católica também teve importante participação durante o processo de abertura. Foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base, que trabalharam junto à população carente, estimulando a cobrança de investimentos e melhorias do Estado em suas comunidades e dando origem a muitos movimentos populares.

Se para o “grupo de pressão” das elites a bandeira se resumia à concepção de cidadania política europeia da metade do século XIX, com a ampliação constante do sufrágio, para os movimentos sociais a ampliação do debate era necessária, o projeto em nome da retomada do Estado de Direito foi chamado por Dagnino (2004) de um projeto político democratizante neste sentido, pois foi amadurecido no decorrer dos anos autoritários por uma sociedade civil bastante

consolidada, ao contrário de muitos vizinhos de continente. Este projeto político⁴ buscava uma ampliação da cidadania, ou a chamada *nova cidadania*, lutavam por inserção política e social, “como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política” (DAGNINO, 2004, p. 103).

A transformação social requerida pelo projeto político democratizante teve dois lados: 1) a ampliação das reivindicações sociopolíticas; 2) ser o produto de articulações moderadas tanto da oposição quanto do regime militar. Tancredo Neves é uma importante liderança neste contexto, ou por ter se popularizado nas Diretas Já! ou ainda, por ter se firmado como um hábil articulador e conciliador.

Os significados que envolvem o conceito de liderança

Este artigo parte da premissa de que os objetivos de um líder, ou sua vocação, são histórica e geograficamente localizados, contudo, algumas características são permanentes como nos disse Max Weber (1968). Para o autor, a liderança ou autoridade pode ser tradicional, carismática ou racional-legal, assim como deriva dessas fontes a legitimidade do ator em questão, estes são tipos-ideais e, portanto, esses tipos não são necessariamente excludentes, uma liderança pode conter em si características presentes em cada tipo, sendo que: a liderança tradicional se faz pelas relações de sangue ou a partir de crenças religiosas ou metafísicas onde o líder recebe um chamado “transcendente”, uma missão; a liderança carismática pode ter sua autoridade, poder e legitimidade derivada das mesmas características, mas operam de forma generalizada e secularizada e não baseada em uma divindade transcendente, podem apresentar um carisma “rotineiro”, isto é, não é primordialmente baseado na inspiração, mas que pode se tornar institucionalizado

⁴ Na visão gramsciana, projeto político é um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que venham a orientar a ação política dos diferentes sujeitos (DAGNINO, 2004, p.98).

e até burocratizado, como na liderança baseada na razão e na lei. A liderança carismática também pode ter uma “missão”, só que secular e o carisma que se rotiniza pode se ritualizar transformando-se em tradição.

O líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta na vida (WEBER, 1968, p. 44), podendo estar relacionada ao consentimento ou à tradição, ele é capaz de transmitir ou mesmo inculcar valores, gerando uma atmosfera onde possa ser o portador de um conhecimento superior aos demais. Ora, se a liderança se faz pela transmissão de razões, propostas de ação, ela precisa do discurso para chegar ao cidadão, súdito ou seguidor, é pela palavra e pela simbologia ela carrega que se faz este vínculo de aceitação. A esta reflexão podemos incorporar o clássico significado de política de Maquiavel (1976), sendo esta a relação entre fortuna - o imponderável - e *virtú* – a capacidade de adaptação em determinado contexto e que não subtraia a capacidade do líder em agir e se preservar no poder.

Portanto, para que a liderança se efetive, ela utiliza-se de elementos presentes no imaginário social e político, ou o que chamamos de cultura política que são certos padrões de comportamento e de valores que resistem ao longo dos anos (a menos que uma ruptura substancial ocorra), e que se referem a uma comunidade política e aos indivíduos que a compõem. É importante ressaltar que sua manutenção se deve ao fato de não ser estática, há sempre a incorporação dialética de novos elementos, portanto, o líder pode através de seu discurso contribuir para a formação da cultura política.

Para compor a análise da formação da liderança Tancredo Neves, retomaremos um conceito trabalhado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), ele nos servirá de suporte ao conceito de liderança política de Weber e Maquiavel, em seu livro *O messianismo no Brasil e no mundo* (1976), a autora fala da atuação coletiva na ânsia de concretizar uma nova ordem política e social, sob a condução de um líder de perfil carismático.

A autora faz uma classificação dos movimentos messiânicos entre os de independência, que ocorrem quando determinados grupos territoriais perdem sua autonomia, como o *sebastianismo português*; e os de subversão, que ocorrem nas

camadas inferiores da sociedade que buscam alçar-se à camada superior, isso não significa que um movimento messiânico de subversão tenha como objetivo único ou principal a ascensão econômica, ele pode ocorrer nas esferas sociais, políticas e culturais, ou seja, a quebra de um determinado *status quo* pode caracterizar este movimento.

De certa forma, a liderança de Tancredo Neves carrega símbolos dos dois movimentos messiânicos, primeiramente, como no *sebastianismo*, Tancredo imanou a crença de que um messias político pode restaurar a autonomia perdida e concluir a esperança de um povo, algo que foi intensamente trabalhado nos jornais e revistas da época, como na edição nº 816 da Revista *Veja* de 25/04/1984:

No sábado, em Ouro Preto, ao comemorar o 21 de abril ao pé da estátua de Tiradentes, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, repetiu a frase do alferes Joaquim José da Silva Xavier: “Se todos quisermos haveremos de fazer deste país uma grande nação”. Em seguida argumentou que “só encontraremos a saída para conflitos irreversíveis se as forças que representam o poder e a sociedade civil souberem conter suas posições de radicalismo, que levam a confrontos desiguais e funestos”. O governador mineiro arrematou com uma advertência: “Há momentos na vida dos povos em que eles não se podem dar ao luxo da divisão e das retaliações. Se divididos em facções afrontadas, estará praticando o trágico exercício da desagregação nacional”.

Para Weber (1991) a perda de autonomia territorial pode ser comparada à perda de autonomia política, como no caso de um regime autoritário, desta forma a espera messiânica de fundo religioso, pode se desdobrar em um movimento messiânico político, decorrente de opressão política, econômica ou social, ou no segundo movimento tipificado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976): o movimento messiânico de subversão.

E sendo um movimento messiânico religioso, ou político, a presença de um condutor é imprescindível, e também, é necessário um clima propício para a sua eclosão e para que sua *missão* seja alcançada.

Liderança, contexto histórico e missão

Sociologicamente, a trajetória de Tancredo Neves, da Campanha pelas Diretas até sua morte, pode ser caracterizada como um movimento messiânico, pois procura através da crença em um messias político restaurar a perda de autonomia, ou seja, resolver uma crise estrutural da política brasileira e formar uma nova configuração.

O simbolismo em torno deste ator político contém elementos de outro líder messiânico, Tiradentes, seja quando Tancredo utiliza sua figura para invocar a *união nacional*, ou quando coincidentemente, morre no dia do feriado da Inconfidência Mineira. As duas lideranças se *nacionalizaram*, saíram das montanhas de Minas Gerais, mas Tancredo ainda carregava muito de seu estado natal em características personalistas como a moderação e a conciliação, que são segundo Mauro Santayana (1985), traços típicos dos mineiros. Forjado na política mineira, Tancredo Neves encarnava esse caráter conciliatório, que tanto marcava seu estado e que foi largamente empregado no momento histórico do qual tratamos.

Na transitoriedade do regime, em 1977, os mineiros lançam um Manifesto, diferente do que haviam feito em 1943 que resultou na perseguição de seus signatários, o segundo Manifesto expõe a vontade civil de participação no processo político nacional, e de forma cautelosa pedia a redemocratização do país e citava a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o governo constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros, como relata Skidmore (2007).

Recatado, Tancredo nunca foi considerado um político carismático e popular durante sua carreira política, mas, sua imagem durante o processo de sucessão presidencial tomou outro rumo, até se tornar unanimidade entre os eleitores de centro, de direita e de esquerda moderadas, o “mineirinho” conseguiu agregar as esperanças de dias melhores em sua imagem.

Uma ampla cobertura jornalística iniciada com as Diretas Já! contribuiu na canalização de forças e interesses dos dois “grupos de pressão” – da elite e dos

movimentos populares e sociais – na figura de Tancredo Neves, colaborando para formação desta imagem de “salvador da pátria”, de símbolo da Nova República.

Robert Kurz (2008) traz à tona um debate já frequente nas Ciências Sociais, resgatando o vanguardismo da “Escola dos Annales”, sobre o papel da personalidade na história, o autor sustenta que ações sociais não se realizam por si só, elas necessitam da intervenção de um ator, mas destaca como relevante também as condições estruturais preexistentes que não só conformam como podem ser influenciadas pela ação humana, justamente por esse motivo é que nas grandes crises surgem personalidades carismáticas determinantes.

Em se tratando do Brasil, que não apresentou ao longo de sua história uma consolidada tradição partidária, a personalidade é ainda mais relevante, visto que a eleição presidencial sempre foi considerada a mais importante desde que o sistema presidencialista foi proposto pelo positivismo militar quando finda a monarquia, contudo, esta característica não se restringe apenas à esfera institucional, pois, ela se enraíza na cultura política brasileira e torna o modelo plebiscitário de escolha do mais alto posto do Executivo uma consolidação do poder pessoal.

De acordo com Avelar & Cintra (2007), ao presidente cabe manter uma ligação direta com os cidadãos com a histórica missão de modernizar o país, por isso, necessita de plenos poderes, de ser um líder carismático, ungido pelo mandato popular, e se, Tancredo Neves não pode ser eleito pelo povo, as Diretas Já! acabaram legitimando-o tanto uma vitória nas urnas, e mesmo que ela não consistisse em um proselitismo pessoal ele foi uma das figuras mais importantes, ainda mais porque o seu prestígio foi fortalecido durante o período eleitoral que foi de agosto de 84 até janeiro de 85, pela televisão e pelos grandes comícios, que rememoravam as Diretas.

Porém, a transição não havia se completado, e poderia ainda levar um duro golpe, em 13 de março Tancredo recebe o diagnóstico de sua doença, o temor de que o novo presidente não pudesse assumir faz com que José Sarney tome posse em seu lugar. Após 38 dias de agonia e sete cirurgias, Tancredo falece aos 75 anos no dia 21 de abril. Uma multidão acompanha seu velório de perto ou pela televisão, a comoção generalizada tinha fundamento, pois foi pelas mãos de

Tancredo Neves que o Brasil saiu do impasse constitucional, mas não pode concluir sua *missão*, e isso pode ter ajudado uma liderança popular a se tornar um mito.

Porém, há outro lado a ser considerado na trajetória política de Tancredo Neves para além da popularidade e do apelo à união nacional que suscitou nos brasileiros, que é o processo de escolha de sua candidatura e as articulações feitas em torno dela.

Acreditamos que a vitória de Tancredo Neves é chancelada pelas multidões, contudo, o primeiro presidente civil desde o golpe militar em 1964 é eleito pelo Colégio Eleitoral, o que significa o apoio do PMDB, mas também, de políticos com longa história no partido dos militares – Arena e depois PDS – pois na Câmara dos Deputados, a oposição (somando todos os quatro partidos – PMDB, PDT, PTB e PT) superava o número do PDS com 240 a 235, mas no Senado, o PDS gozava de uma vantagem de 46 sobre os 23 senadores da oposição, o que fazia com que no Colégio Eleitoral o PDS conservasse uma maioria de 359 a 321 (SKIDMORE, 1988, p.63).

De acordo com Fernando Henrique Cardoso (2004), Tancredo foi a escolha mais viável para o voto indireto, era aceito pelos principais personagens do regime autoritário que já estavam comprometidos com a transição democrática, justamente por suas características conservadora e moderadora, era um nome de consenso entre as oposições.

E se a acedência que obtinha das massas pudesse incomodar, a escolha de José Sarney como vice-presidente, um veterano saído da “bossa nova” da UDN, senador da Arena e depois presidente do PDS, vem a facilitar a viabilidade desta sucessão.

Um homem escolhido pelos militares, ou um político de fortuna e *virtú*?

Até este ponto, nos detivemos à composição de um painel explicativo que considerasse: o contexto histórico, a trajetória política e os conceitos que envolvem o estudo de uma liderança política. Como nosso objetivo é ao acompanhar a trajetória política de Tancredo Neves, poder conceituar a liderança política que ele significou, fizemos uma breve explanação acerca do período histórico em que esta foi construída, especialmente nos estertores do regime militar, de 1974 a 1985, período em que a ação política pode ser mais acionada, pois havia uma real descompressão do sistema político.

Anthony Dows (1965) formulou o conceito de *escolha racional positiva*, neste, as ações individuais gerariam consequências coletivas, e, em uma dada mudança racional seguiria uma estratégia. E é neste ambiente de *escolha racional estratégica* que Tancredo se encaixa, a busca por um objetivo, a volta da democracia, fez com que esta liderança política empreendesse a estratégia da conciliação, algo não muito distante de sua trajetória, já que o líder do MDB mineiro era avesso à audácia, acreditava que o liberalismo político era a melhor forma de exercício da democracia e que a moderação traria a liberdade, mesmo que vagarosa, como nos dizeres da bandeira de Minas Gerais.

O que confirma esta proposição é que se por um lado sua eleição foi o coroamento de uma distensão lenta, gradual e segura, conseguida com a articulação de dissidências liberais, conservadoras, e de forças populares. Por outro, sua candidatura de Tancredo Neves foi consentida pelos “donos do poder” (TOSI, 2003). Pontos da trajetória de Tancredo Neves como sua projeção nas Diretas Já!, a sucessão presidencial ao mesmo tempo popular e habilmente consentida pelos “donos do poder”, e sua agônica morte ocorrida no mesmo dia em que morreu Tiradentes, um mártir de sua terra natal, seriam momentos catárticos de coesão social que dariam base ao “clima propício” dito por Queiroz (1976), ou às condições históricas e geográficas para a eclosão de uma liderança,

contudo, partimos da premissa que além destas, características permanentes são imprescindíveis na formação de uma liderança política.

Se considerarmos os tipos-ideais weberianos, veremos que a liderança política – Tancredo Neves – se adéqua à tipologia de uma liderança carismática, por receber uma *missão*, ser o primeiro presidente civil após o Golpe militar de 1964, aquele que vai conduzir o país à Nova República, mas esta *missão*, ou chamado “transcendente”, não deriva de crenças religiosas ou metafísicas, mas do próprio tempo vivenciado, das condições presentes e dos padrões de comportamento difusos na sociedade, ou cultura política.

A liderança carismática para Weber (1968) pode ter a fonte de seu carisma rotinizada, ou, institucionalizada, com normas de conduta baseadas na razão e na lei, como ocorre com a liderança racional-legal, e pode se ritualizar a ponto de transformar-se em tradição, pois os tipos-ideais não se excluem necessariamente, eles podem “emprestar” elementos uns dos outros.

Portanto, um fundamento central de legitimidade da liderança política – Tancredo Neves – é que ela aciona elementos presentes no imaginário social e político, ou seja, na cultura política.

Estabelecemos que, o conceito de cultura política trabalhado neste artigo é como um sistema de valores, de referências e de interpretações, que ultrapassa o pensamento racionalmente organizado, e que agrega elementos com certa passionalidade, neste sentido ele se assemelha com a definição de Girardet (1987) de imaginário político gerado pelos mitos. O autor cria uma tipologia dos mitos, e parte da premissa de que os mitos são essencialmente fluídos e que se desenvolvem dialeticamente numa determinada realidade histórica: o primeiro é o redescobrimto da *felicidade*; o segundo é a *conspiração*, um período de grande inquietação social; o terceiro mito é o do *salvador*, é quando um líder providencial situa-se na ruptura de dois tempos e compartilha emoções, esperanças e palavras de ordem, consolidando uma nova trama social; o quarto é o mito da *idade de ouro*, um período de ordem e harmonia social em que as imagens do passado se tornam lenda e subsídio para o futuro; e por fim, o último mito é a *unidade*, ou uma

vontade una e regular marcada pela enorme vontade de crer, é o entrecruzamento entre a fé tradicional e o messianismo político.

De acordo com Luis Felipe Miguel (1997), o mito político seria uma forma política de rejeição à política, ou seja, “uma rejeição socialmente difusa ao conflito no seio da sociedade (conflito que a política exprime), e que o discurso mítico explora ao apresentar a imagem de uma harmonia reencontrada” (MIGUEL, 1997, p.01). A mensagem propagada pelas Diretas e canalizada por certos políticos, em especial Tancredo Neves, servia como base real para o discurso político de ordem e união nacionais. Miguel (1997) nos revela que alguns dos elementos que viriam a compor um mito político podem ter origens em núcleos imagéticos ou simbólicos fortemente irracionais, gerando uma relação pautada na emoção.

Mitos e heróis ajudam as nações a desenvolverem a unidade de sentimentos e propósitos, a organizarem o passado, a tornarem inteligível o presente e a enfrentarem o futuro. Pelo herói, por suas características, é possível encontrar elementos formadores da cultura política de um povo, principalmente de uma cultura política personalista.

Mas, o que é peculiar no Brasil é que tanto o herói (ou líder segundo abordagem sociológica), quanto à autoimagem do brasileiro são muitas vezes desvinculadas da política e de suas instituições, o mito insere-se então num contexto de ausência da esfera pública⁵, e mesmo quando este herói é um político, ele é acima de tudo um mártir e um pacifista, ou conciliador como Tancredo Neves, que mais do que um herói político, passa a ser um herói popular, e, legitimado a levar a nação à *unidade*, à coesão social, este herói/líder/salvador deixará para traz um período de inquietação social, utilizando subsídios do passado para enfrentar o futuro.

⁵ Para Habermas (1984) esfera pública é uma arena onde a sociedade civil age coletivamente no intuito de debater as questões que lhe são relevantes e que, de certa forma, podem influenciar a agenda política. É nesta arena de debates públicos que é possível a discussão de temas de interesse geral e a formação de opiniões, essas discussões estariam envolvidas por certa homogeneidade de intenção, ou certa unidade cultural, para que consensos fundados possam ser construídos e, por fim, podendo influenciar as massas e acioná-las como um instrumento de legitimação do poder que se têm ou que se busca.

No tipo puro de dominação weberiano, determinada devoção é aferida à liderança carismática, às suas características individuais, que incluem heroísmo, poder intelectual e oratória; e também, a fidelidade a esta autoridade pode vir da aproximação de ideias ou de projetos políticos como o retorno à democracia.

Outrora vimos com Maria Isaura Pereira de Queiróz (1976) que um movimento messiânico, pode ser caracterizado pela crença que um messias político pode restaurar a autonomia perdida. De baixa estatura, cauteloso, de fala suave e persuasiva, conciliador, político na acepção tradicional, Tancredo Neves era visto pelos brasileiros como um novo Moisés, com a missão de conduzir o país do deserto da desesperança para uma nova Canaã. (Skidmore, 2004, p.491), ele deveria resolver a crise que o país vivia restabelecendo a ordem, formando uma nova configuração, a Nova República.

Na liderança política – Tancredo Neves – localizamos três fundamentos de sua legitimidade, ou razões que justificam a dominação (WEBER, 1968): (1) a incorporação de elementos racionais e irracionais, imagéticos e simbólicos (MIGUEL, 1997) da cultura política; (2) a contribuição na formação e reiteração desta mesma cultura política, seja em seus discursos com palavras de ordem como a conciliação e a moderação, ou mesmo em sua ação política, pelas alianças e pela postura cautelosa frente ao regime militar; (3) o contexto histórico dando subsídios para a sua ocorrência.

Portanto, o exercício desta liderança se faz dialeticamente à cultura política, e mesmo os meios políticos de sua gestão se aproximam destas características, mas, o modo como opera os fundamentos de sua legitimidade também se valem do prestígio social, especialmente visto em seu papel no reavivamento e reconstrução da oposição e na postura empreendida durante a descompressão do sistema autoritário, e também de uma dose de idealismo político como podemos observar no filme *Muda Brasil*, quando Tancredo diz buscar “no sentido da renovação social de Vargas e no desenvolvimento econômico de Juscelino, uma conciliação estrutural da sociedade”.

Se o líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” (WEBER, 1968, p. 44), e propostas de ação, Tancredo conseguiu como poucos usar a forma

- discurso político para chegar ao cidadão, pela palavra e pela simbologia que ela carrega foi possível fazer este vínculo de aceitação. Tancredo Neves foi capaz de transmitir e reforçar valores presentes ao longo da história brasileira, mas também os apresentou em sua própria pessoa.

Além disso, instrumentalizou eficientemente a atmosfera gerada pela distensão do regime militar, e, especialmente pelas Diretas Já! que legitimaram Tancredo Neves tanto quanto uma eleição direta, este foi o desfecho para uma estratégia de liberalização do regime militar pela via eleitoral, mantendo o *status quo* e confirmando uma tendência de longa duração como a tradição plebiscitária.

Esta tradição presente na cultura política brasileira filia-se à concepção weberiana de democracia plebiscitária com caráter carismático-eleitoral, onde o plebiscito serve para de forma binária, legitimar o líder carismático perante a nação.

O presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional [...] Como essa figura paternal tem de cuidar do conjunto da nação, é quase óbvio que sua sustentação não pode advir de um partido, sua base política tem de ser um movimento [...] A nação e sua expressão autêntica, o Movimento, são postulados como organismos vivos. A nação tem de ser curada e salva pela união de seus fragmentos dispersos em um todo harmonioso, por uma só voz e uma só cabeça (O'DONNELL, 1991, p.30).

O movimento: democratização brasileira está ligada aos antecedentes históricos do regime político que vivenciava e à sua cultura política, suas tradições, comportamentos e atitudes, e gerou um processo de transformação global com um exemplar expoente da moderação política, Tancredo de Almeida Neves. O paradoxo é que a liderança política – Tancredo Neves – ao mesmo tempo em que foi o primeiro presidente civil após longos anos de regime militar, estimado pela população, também foi o produto de uma determinada conjuntura social e política. Fica então a seguinte questão: a capacidade individual desta liderança fez diferença naquele crítico momento da história brasileira, resolvendo e influenciando decisões, ou foi uma liderança construída pela circunstância, o tempo e o lugar?

De acordo com Maquiavel (1976) muitas vezes para não perder a capacidade de ação e de preservação do poder, cabe ao líder adaptar-se a determinado contexto histórico e político, numa relação entre fortuna - o imponderável - e *virtú*. E é esta a conclusão que chegamos, Tancredo Neves comportou-se dialeticamente com a cultura política brasileira, teve *virtú* para conduzir sua trajetória dentro de um ambiente político autoritário que rumava para a descompressão, se apropriou da *escolha racional estratégica* que Anthony Dows (1965) conceituou, e ao mesmo tempo terminou sua carreira como um mito.

O desfecho da Campanha pelas Diretas e a eleição de Tancredo, com José Sarney como vice, reiteram o dito por Souza & Lamounier, de que a mentalidade política dominante é conciliadora e preza pela moderação e pela ordem, características presentes tanto na ação, como no discurso mítico empregado pelos atores políticos, conformando assim a nossa cultura política, acrescentamos ainda a tese de Robert Kurz (2008) que em dado ambiente de crise há enormes chances da aparição de personalidades carismáticas determinantes e a de Luis Felipe Miguel (1997) que o discurso mítico pode trazer a unidade nacional necessária para que se possa enfrentar o futuro. Deste modo, vimos que Tancredo Neves foi uma liderança (herói/mito) capaz de pela união e pelo consenso mudar o sistema político vigente, mas, mantendo a elite política no poder, resultando em uma transição negociada em prol da manutenção do *status quo*, a dialética de nossa história.

Referências

- BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DOWS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1965.
- CARDOSO, F.H., FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Ed. Forense e EDUSP, 1988.
- LAMOUNIER, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *Transição e Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- MUDA BRASIL. Direção: Oswaldo Caldeira. Encontro Produções, 1985. (105 min.)
- PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- PRZEWORSKI, Adam. Como é que se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e Política: crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré, 1990.
- SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

_____. A lenta via brasileira para democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1988

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1991.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.